Acervo ISA

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA
SUPLEMENTO
Nº 9

Povos de Rondônia e oeste do Mato Grosso

Desde os primeiros contatos, a relação do "branco" com os povos indígenas de Rondônia e oeste de Mato Grosso tem sido violenta. Com a abertura da rodovia BR-364, em 1961, que cortou ao meio o território nambikwara, chegou o avanço econômico desenfreado na região. Ligando Cuiabá a Porto Velho e cortando o estado de Rondônia de norte a sul, com uma extensão de 750 quilômetros, a rodovia integrou a região ao Centro-Sul do País. Com a estrada, vieram as mudanças. A mineração, anteriormente feita por garimpeiros, passou a ser explorada por grandes companhias. As reservas de cassiterita regionais tornaram-se alvos das empresas do Sul, acelerando a invasão. A rodovia atraiu grande quantidade de aventureiros, comerciantes e agricultores, em busca de riqueza e terra fácil. Pequenos núcleos habitacionais surgiram rapidamente. Povoados como Vilhena, Cocal, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste transformaram-se em cidades prósperas, ocupando algumas vezes terras de propriedade dos grupos indígenas.

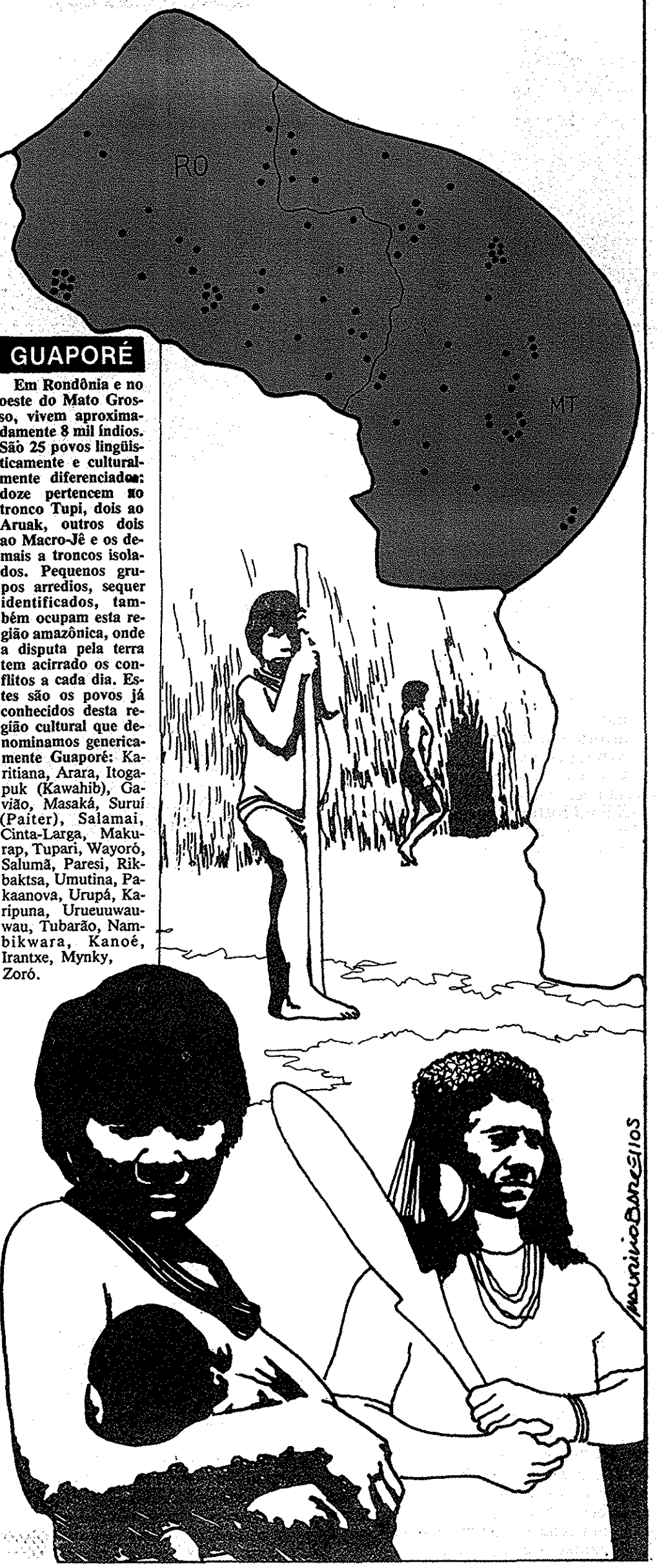
O Incra, ao distribuir lotes ao longo das linhas oficiais de colonização, facilitou a interiorização de agricultores nas matas, também quase sempre vindos do Sul. Os projetos oficiais não previam a migração tão desordenada e, a partir dos meados dos anos 70, milhares de colonos excedentes acabaram criando os "projetos novos", sem a orientação do Incra, e em áreas indígenas.

Contratos assinados entre o Brasil e o Banco Mundial, em 1981, especificavam o compromisso de se demarcar reservas indígenas e ecológicas nesta região denominada Guaporé, ainda no governo Figueiredo. Porém, pouco foi feito. A única realização foi a criação do Parque Aripuanã, destinado aos **Suruí, Cinta-Larga** e **Zoró**, acompanhada de demarcações pouco significativas.

Diversidade cultural

Os vinte e cinco povos indígenas que habitam a região do Guaporé são culturalmente bastante diferenciados. Apesar da predominância de grupos Tupi, habitam esta área vários outros grupos, com classificação lingüística distinta.

Um deles é o **Pakaanova,** que se autodenomina **Ori-wari,** o único povo indígena no Brasil da família lingüística **Txapacura.** Com uma população de 1.200 índios, eles se localizam a oeste de Rondônia e algumas de suas reservas fazem fronteira com a Bolívia. Os **Oro-wari** se subdividem internamente em oito grupos. Se reconhecem como uma unidade formada por diversos grupos que tinham um grande nível de organização do espaço, com a existência de laços sociais e cerimoniais complementares. Apesar da enorme riqueza mitológica, a sociedade oro-wari não tem uma notável quantidade de espíritos e divindades. O seu grande esforço religioso foi o de criar conceitos bastante abstratos que se aplicam a grande parte do universo real. As doenças são causadas pelo **Kaji con iam,** que é um espírito mau, e são curadas pelos **xamãs** que conseguem vê-lo e expulsá-lo.



GUAPORÉ

Em Rondônia e no oeste do Mato Grosso, vivem aproximadamente 8 mil índios. São 25 povos lingüisticamente e culturalmente diferenciados: doze pertencem ao tronco Tupi, dois ao Aruak, outros dois ao Macro-Jê e os demais a troncos isolados. Pequenos grupos arredios, sequer identificados, também ocupam esta região amazônica, onde a disputa pela terra tem acirrado os conflitos a cada dia. Estes são os povos já conhecidos desta região cultural que denominamos genericamente Guaporé: Karitiana, Arara, Itogapuk (Kawahib), Gavião, Masaká, Suruí (Paiter), Salamai, Cinta-Larga, Makurap, Tupari, Wayoró, Salumã, Paresi, Rikbaktsa, Umutina, Pakaanova, Urupá, Karipuna, Urueuuwauwau, Tubarão, Nambikwara, Kanoé, Irantxe, Mynky, Zoró.

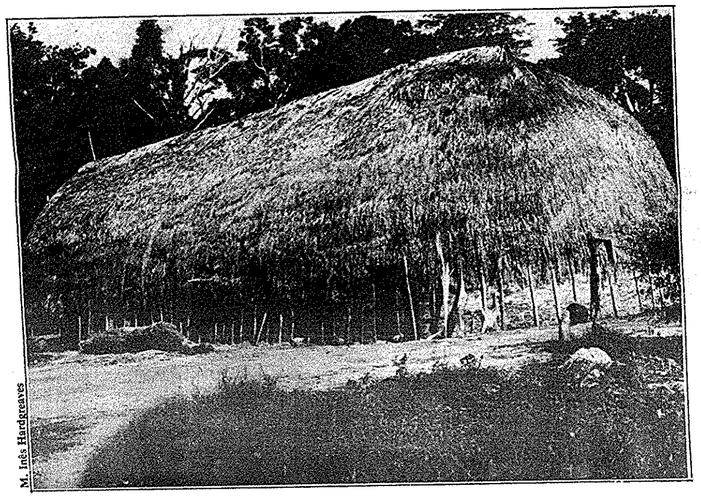
Acervo ISA

Betty Mindlin

Os Suruí de Rondônia, que se autodenominam Paíter — "nós somos gente, nós somos povo, nosso povo" — são um grupo seminômade de aproximadamente 350 pessoas. Como os Cinta-Larga, os Zoró e os Gavião, falam uma língua do tronco Tupi, da família Mondé. Apesar das relações tradicionalmente guerreiras entre os quatro grupos, hoje amenizadas, a semelhança entre suas línguas permite uma relativa facilidade na comunicação verbal. Suas terras, demarcadas em 1976 e homologadas em 1983, são oficialmente denominadas Área Indígena Sete de Setembro e ficam parte em Rondônia e parte no oeste de Mato Grosso, num total de 220 mil hectares. O primeiro contato pacífico dos Suruí com a sociedade brasileira se deu em 1969. Eram, na época, seiscentas pessoas. Entre 1971 e 1974, metade da população morreu com as doenças trazidas pelos brancos (sarampo, gripe e tuberculose). Hoje vivem em dois agrupamentos principais: a aldeia Sete de Setembro e a aldeia da Linha 14

Contato muda a vida suruí

Ainda é muito cedo para se fazer uma avaliação da transformação cultural sofrida pelos **Suruí** após o contato, mas pequenas mudanças já podem ser notadas. A nudez de outrora é mantida apenas pelos mais velhos, procurando os mais novos cobrir o corpo com as poucas peças de roupas que vão sendo entamente conseguidas. O **yóri**, tatuagem azul feita no rosto, e o ***tembetá***, *um fino espeto* de resinas, utilizado num furo logo abaixo do lábio inferior, símbolos tradicionais do grupo, são atualmente conservados também apenas pelos mais idosos. A produção artesanal, atividade tipicamente feminina, vem sofrendo alterações. Houve uma diminuição no uso de colares e pulseiras e existe agora uma preocupação com a venda do material produzido. Já não mais são encontradas com tanta freqüência as antigas redes tecidas do algodão; as redes atuais são, em sua maioria, compradas ou trocadas por produtos industrializados. A língua suruí vem sendo dominada pela totalidade da população, existindo uma preocupação por parte do grupo em preservá-la.



M. Inês Hardgreaves

Divisão do Trabalho

Por manterem um menor contato com a sociedade envolvente, as mulheres conservam em maior grau os elos com as tradições seculares. Geralmente com as crianças pequenas carregadas nas **ágóyáb** — faixas usadas transversalmente pelas mulheres e apoiadas na testa pelos homens, podem ser vistas com cestos enormes, carregados com até 50 quilos. Buscando alimento nas roças, lenha nos arredores da aldeia, água nos poços ou no rio, cuidando das pequenas fogueiras sob as redes durante a noite, podem trazer uma idéia de desigualdade na divisão do trabalho em relação aos homens. Porém, os homens também representam o seu papel social, só que em um cenário distinto: o mato. As atividades relacionadas à caça, à divisão da carne, à coleta de castanhas e a preparação da roça para o plantio, são basicamente masculinas.

Organização Social

As regras e tabus são muitos, determinando lugares na sociedade, orientando ações. Não raramente, percebe-se grande parte da população com a cabeça raspada. É o cabelo sendo cortado na morte, nas doenças, nos momentos de reclusão (menstruação, parto etc.). As regras alimentares, também várias, afrouxam-se apenas com a chegada da velhice, quando a aproximação com a morte parece afastar o medo. Algumas espécies de tatu são evitadas com medo de se emagrecer e o jabuti não é comido porque não sobe em paus, o que poderá fazer com que aqueles que o ingerir não mais consigam subir em árvores. O nome é também alvo de sérias restrições. Raramente os **Suruí** dirão seus nomes indígenas quando perguntados. Tampouco serão ouvidos os nomes de parentes e de mortos.

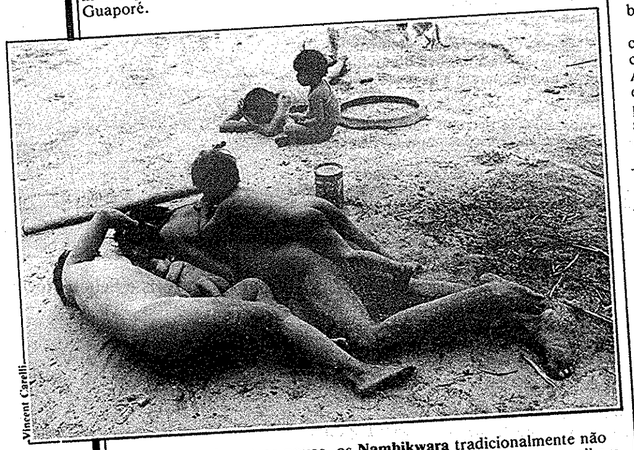
Os **Suruí** são políginos, ou seja, os homens casam-se simultaneamente com duas ou mais mulheres. O sistema de parentesco e as regras de casamento definem as moradias. O casamento preferencial no grupo é o da menina com o tio materno. Quando um homem se casa, vai morar, pelo menos temporariamente, com o pai da mulher, que é chamado de cunhado ou sogro, uma só palavra em língua suruí. A cooperação econômica, o uso de recursos, da terra, as festas rituais, os nomes, muitos tabus e proibições, tudo se organiza em torno do parentesco, tão secundário em nossa sociedade.

A riqueza do mundo mágico e religioso dos Nambikwara

Os **Nambikwara** contam que há muito tempo o espírito mau Valum acabou com o mundo, menos com eles, que estavam dentro de uma pedra. Vários animais tentaram arrebentá-la, mas não conseguiram. Foi quando um bem-te-vi pegou uma lança de madeira e bateu com toda a força na pedra. Ela rachou no meio e o pássaro tirou um casal novo; depois os mais velhos e mandou cada grupo **Nambikwara** morar em seus lugares.

Hoje, os cerca de 700 **Nambikwara** vivem em várias grupos e aldeias espalhadas desde o vale do rio Guaporé, no Mato Grosso, até as fronteiras de Rondônia. Até o início deste século estes índios de orelhas furadas, onde carregavam brincos de madrepérola, eram conhecidos como **Cabixis.**

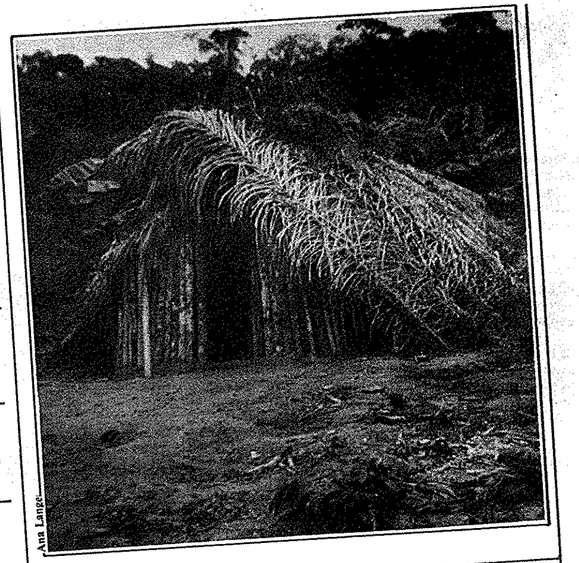
Foi na década de 20 que eles tiveram os primeiros contatos mais efetivos com os brancos, durante a instalação da linha telegráfica que unia Cuiabá a Porto Velho. A comissão que trabalhava nesta linha era comandada pelo marechal Cândido Rondon. Foi ele quem deu o nome **Nambikwara** (do Tupi Nambi = orelha, e Kuára = furo) aos índios que viviam nas terras limitadas pelos rios Papagaio, Tapajós e Guaporé.



Vincent Carelli

Diferentes de outros povos, os Nambikwara tradicionalmente não usam rede. Dormem no chão e, para se protegerem do frio, espalham cinzas da fogueira e deitam sobre elas.

Apesar de sua cultura material ser pobre, seu mundo mágico-religioso é riquíssimo. Acreditam em vários espíritos bons e maus com quem se comunicam através da música da flauta mágica. Esta flauta é o espírito de um menino cujo corpo se transformou em produtos agrícolas.



Ana Lange

Economia

O ano nambikwara divide-se em dois períodos. Durante as chuvas, de outubro a março, os índios permanecem nas terras próximas aos rios, onde constroem suas casas com ramos e folhas. Plantam e cultivam mandioca, milho, feijão, tabaco e abóbora. Seu alimento básico é o beiju, espécie de pão feito da mandioca o milho preparado pelas mulheres. Na estação da seca, de junho a setembro, tradicionalmente eles saem à procura de caça principalmente de pequenos animais como gafanhotos, lagartos, roedores e grilos, que são coletados por mulheres e crianças. Os homens recolhem mel, veneno e matéria-prima para a construção de arcos, flechas, flautas e esteiras. Atualmente, muitos índios **Nambikwara** dedicam-se à extração da seringa.

Organização familiar

Enquanto as mulheres se ocupam da alimentação, os homens saem para caçar ou ficam no acampamento fabricando flechas, instrumentos musicais e cestas. Durante o dia, eles tomam vários banhos de rio, muitas vezes, por simples brincadeira.

As crianças são cercadas por carinho e atenção. Elas são consideradas o bem maior de sua comunidade. O menino quando completa doze anos recebe um arco e flecha e já pode sair para caçar. A menina durante o período da sua primeira menstruação fica reclusa e já então é considerada apta para casar. O casamento nambikwara é preferencialmente endogâmico, isto é, se dá dentro do grupo e o sistema de parentesco é bilateral, ou seja, a descendência é por parte da mãe e do pai.

Religião

Para os **Nambikwara**, são os espíritos que ensinam o que ou como fazer. Os índios comunicam-se com eles através do som da flauta mágica, tocada na casa das flautas que fica no pátio central da aldeia. As mulheres não podem vê-la, sob perigo de serem castigadas.

Quando morrem, vão para a casa de pedra, de onde vieram, viver com seus ancestrais. Lá tem muito alimento, alegria e beleza. Entre os instrumentos mágico-religiosos estão as flores de penas de tucano, as pulseiras de rabo de tatu, os dentes de animais e o brinco de madrepérola, que tem um grande poder de cura.

Situação atual

Atualmente os Nambikwara estão concentrados no Vale do Guaporé, Campos do Vale do Guaporé e norte do Vale. Constituem uma tribo formada por vários subgrupos, sendo que, suas aldeias não têm mais de 50 índios. Sua população, estimada no início do século em 20 mil indivíduos, foi extremamente reduzida devido às doenças e às invasões. Em 1968, foi criada aReserva Indígena Nambikwara, englobando as piores terras tradicionalmente ocupadas por eles, mas resistiram e permanecerem no vale. Totalmente ocupadas por agropecuárias, detentoras de Certidões Negativas fornecidas pela Funai, hoje, além das constantes invasões, as cinco reservas nambikwara estão ameaçadas pelo asfaltamento da BR-364, financiado pelo Banco Mundial.

Acervo ISA

Querem romper equilíbrio no território cinta-larga

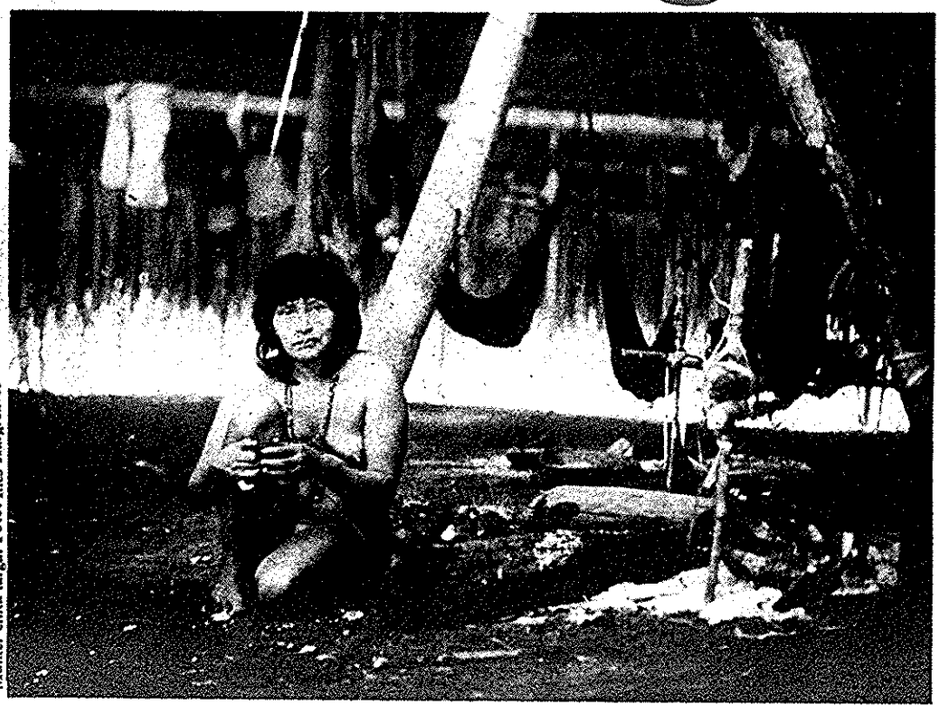
Os habitantes tradicionais das cabeceiras dos vales dos rios Aripuanã e Roosevelt, durante o contato com os brancos, na década de 60, foram genericamente denominados **Cinta-Larga** por usarem uma faixa na cintura. Esta denominação incluía também outros povos como os **Suruí** e **Zoró**.

Desde os primeiros contatos, os **Cinta-Larga** foram envolvidos Numa série de conflitos, por defenderem seu território dos seringueiros e garimpeiros. Hoje eles ainda enfrentam os invasores que estão formando um verdadeiro **lobby** de pressão política e econômica para a exploração das riquezas naturais em suas terras.

Guerreiros por excelência, os **Cinta-Larga** mantêm uma relação de alianças matrimoniais que asseguram a integração intergrupal ao mesmo tempo em que gera relações hostis. O complexo parentesco, fundamentado na troca de mulheres, e o casamento exogâmico (fora do grupo) é que determinam as alianças políticas.

Além da formação de aldeamentos, baseada nas relações hostis ou amistosas entre os grupos, é marcante também a divisão do trabalho e do espaço por estes índios. A coleta, o abastecimento da casa com produtos da roça e o cuidado com os filhos são tarefas das mulheres. Aos homens cabem as relações com o mundo fora de casa, a pesca, a caça, as derrubadas e hoje também as relações com os **ndarey** (brancos). No entanto, seus meios de controle e equilíbrio revelam a suavidade nos relacionamentos entre homens e mulheres.

O Cinta-Larga estão divididos em três grandes grupos (Kaban, Kakrum e Mam), subdivididos ainda em outros grupos, caracterizando as divisões internas nas diversas áreas indígenas que habitam — Aripuanã, Roosevelt, Serra Morena e Parque Aripuanã, e em suas relações.



Mulher cinta-larga. Foto: Inês Hargreaves

A ordem é matar

Apesar de manterem sua cultura bastante rica, os contatos violentos, as grandes epidemias e os grandes projetos desenvolvimentistas na região têm afetado os meios de vida tradicionais dos **Cinta-Larga**. Além disso, a incompetência do órgão tutor (Funai) tem facilitado o abandono de suas áreas imemoriais e o processo incontrolável de invasões em seu território. Os conflitos conseqüentes, por sua vez, já registraram muitas mortes entre os índios. Em 1963, um grupo **Cinta-Larga** foi vítima de um bárbaro ataque, conhecido como "Massacre do Paralelo 11".

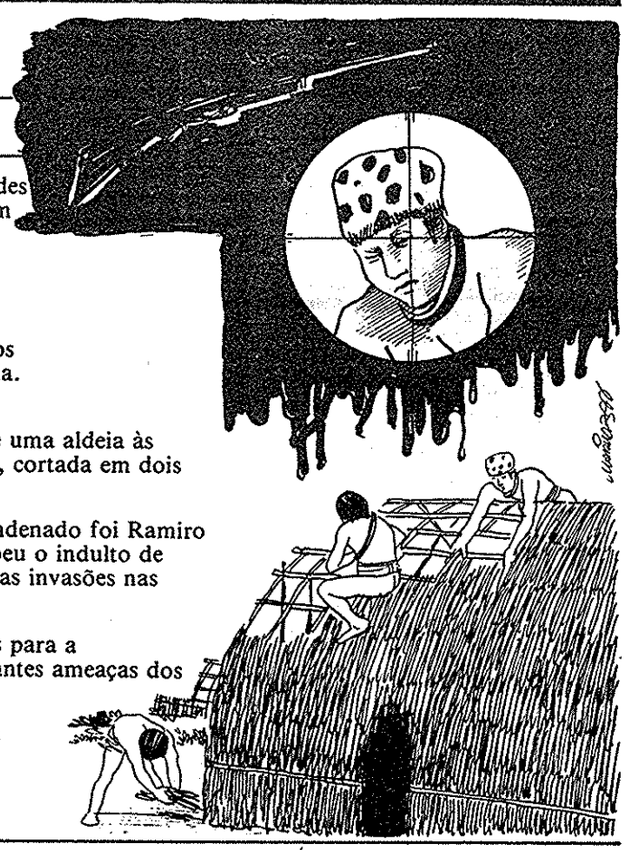
Este crime veio a público dois anos depois quando um dos membros da expedição, Ataíde Pereira dos Santos, resolveu delatar os mandantes do ataque: os seringalistas Antônio Junqueira e Sebastião Arruda.

Além de Ataíde, mais cinco homens profissionais foram contratados por Junqueira com o objetivo único de exterminar os índios. Fortemente armados, estes homens mataram cerca de 15 **Cinta-Larga** de uma aldeia às margens do rio Aripuanã. Durante o ataque, uma índia foi amarrada em uma árvore e, com um facão, cortada em dois pedaços.

Em 1966 foi formada uma Comissão de Inquérito encarregada de investigar o massacre. O único condenado foi Ramiro Costa, membro da expedição, que depois de cumprir cinco anos de prisão dos 11 de sua sentença recebeu o indulto de natal. Mas os mandantes do crime continuam às soltas. Seus métodos, no entanto, se aperfeiçoaram e as invasões nas terras cinta-larga continuam.

Hoje, a Área Indígena Aripuanã ainda não está demarcada e as outras áreas estão com seus decretos para a homologação definitiva engavetados no Ministério do Interior. Enquanto isto, todas elas sofrem constantes ameaças dos garimpeiros e grupos econômicos da região.

A gravidade desta situação, que põe em risco as vidas dos **Cinta-Larga**, merece a atenção e enérgicas posições por parte do governo brasileiro resgatando, desta forma, a imensa dívida para com os **Maatpetamãe** (os índios que usam o arco), como se autodenominam.



Este suplemento foi elaborado por Cirlei Ioris e Selmo Norte